

DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: SOB A DISTOPIA DA FUNÇÃO PÚBLICA E DO ASCENSO À PRECARIIDADE

Flávio Bezerra de Sousa
Universidade Estadual de Campinas
saintflavio35@gmail.com

Selma Borghi Venco
Universidade Estadual de Campinas
selma.venco@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente comunicação tem por objetivo debater o avanço da precariedade nas relações de trabalho praticadas pelas redes estaduais de ensino em todo o país junto aos professores da educação básica (exceto Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional). Toma-se como pressuposto que tal política é parte integrante da adoção da Nova Gestão Pública e se expande em todo o país.

Este trabalho é resultado de duas pesquisas em desenvolvimento, ambas financiadas pela ¹ da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) cujos objetivos são: analisar as relações de trabalho entre docentes no Brasil e na França no território; e outra, identificar a influência dos atores privados nas redes estaduais em três dimensões, quais sejam, oferta, matrícula e gestão. Ambas dialogam com o cenário da Reforma do Estado, em especial com a adoção acelerada da Nova Gestão Pública a partir de 1996, cujos princípios centram-se no avanço da participação do setor privado nas ações públicas, bem como na incorporação da lógica empresarial na educação.

2. DA METODOLOGIA DE PESQUISA

De caráter qualitativo, o presente trabalho reside fundamentalmente na pesquisa documental, em especial pelo uso da literatura normativa (Leis, resoluções, portarias, dentre outros) do campo educacional; o uso de dados do Censo da Educação Básica, cuja série histórica compreende os anos de 2011 a 2018. A problematização construída nos remete à análise de informações originárias do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia do Ministério da Educação (MEC) que cumpre a função de guarda

¹ Pesquisas vinculadas ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE), sob a coordenação das professoras Dra. Theresa Adrião e Dra Selma Venco, que contam com financiamento FAPESP Processos nº 2019/12230 – 7 e nº 2019/01552 – 3.

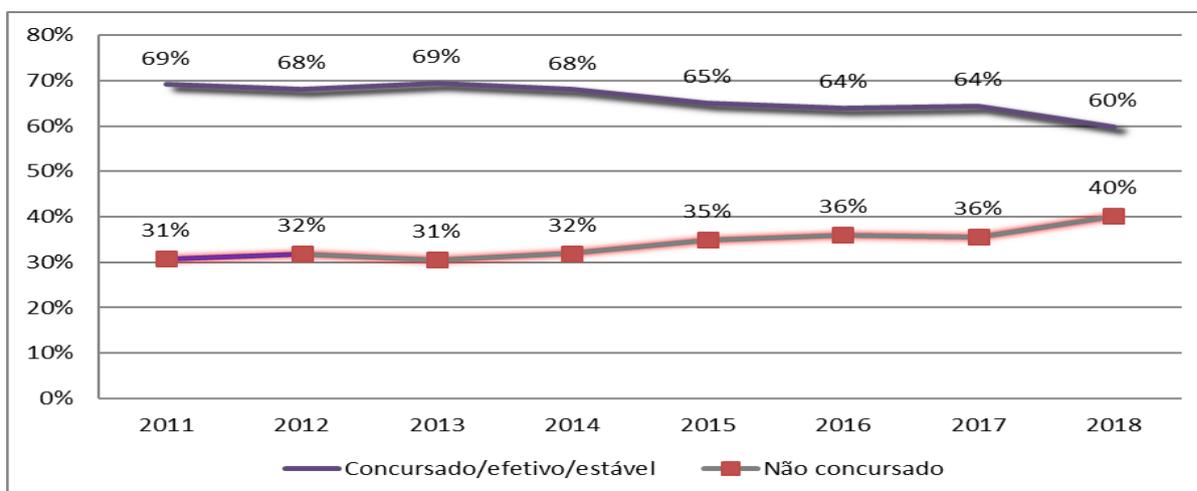
institucional dos microdados² da educação básica. O intervalo temporal adotado justifica-se em razão do dado referente às formas de contratação ser coletado a partir de 2011, via Censo Educacional. O INEP adota como critérios para estabelecer o número de docentes aqueles que atuam com a regência de classe, os de docência titular de Educação a Distância, e que não realizem atendimento de turmas de atividade complementar ou atendimento educacional especializado. Para esse estudo consideramos os docentes responsáveis pela regência de classe na educação básica, e incluímos todos os tipos de turmas. Selecionamos os que atuavam no ensino regular das redes estaduais de ensino, considerando-se a seguinte classificação constante em formulário de aplicação do Censo: i) concursado; ii) temporário; iii) terceirizado; iv) contratado via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Constatou-se que as escolas preencheram o Censo concentradamente em dois blocos: concursados e temporários e, por tal razão, optou-se por agrupar os contratos flexíveis e o denominou de “não efetivos”. Os dois tipos de contratos que designam professores “efetivos” e “não efetivos” foram investigados à luz de outras variáveis: sexo, cor/raça, quesito geracional, etapa da educação básica em que atua, com vistas a identificar as características em ambos os segmentos.

3. PRIMEIROS RESULTADOS

A sistematização da série histórica do Censo (2011-2018) demonstra o aumento exponencial de docentes não concursados na maioria dos estados. E, assim, é possível afirmar que no Brasil quatro em cada dez docentes da educação básica vivenciam contratos precários, conforme exposto no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Formas de contratação docente nas redes estaduais no Brasil: 2011 – 2018 (%)

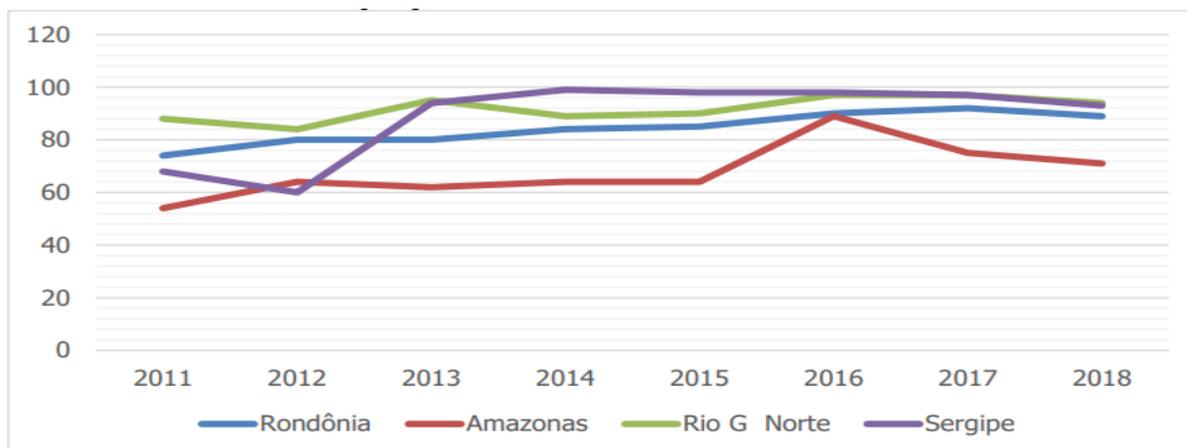


Fonte: INEP/Censo Escolar, 2018. Elaboração dos autores, 2020

² Os microdados do INEP são caracterizados como o menor nível de agregação de dados recolhidos por uma pesquisa, avaliações ou exames realizados. As informações são obtidas por meio de download para leitura por meio dos softwares SAS e SPSS. Disponível em: < <http://inep.gov.br/microdados>>. Acesso em: out. 2020.

A distribuição pelos estados, segundo a forma de contratação docente, é um dado importante de análise, pois dos 26 estados e o Distrito Federal, somente o Amazonas, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe apresentaram aumento no número de concursados nos últimos anos conforme demonstrado no Gráfico 2.

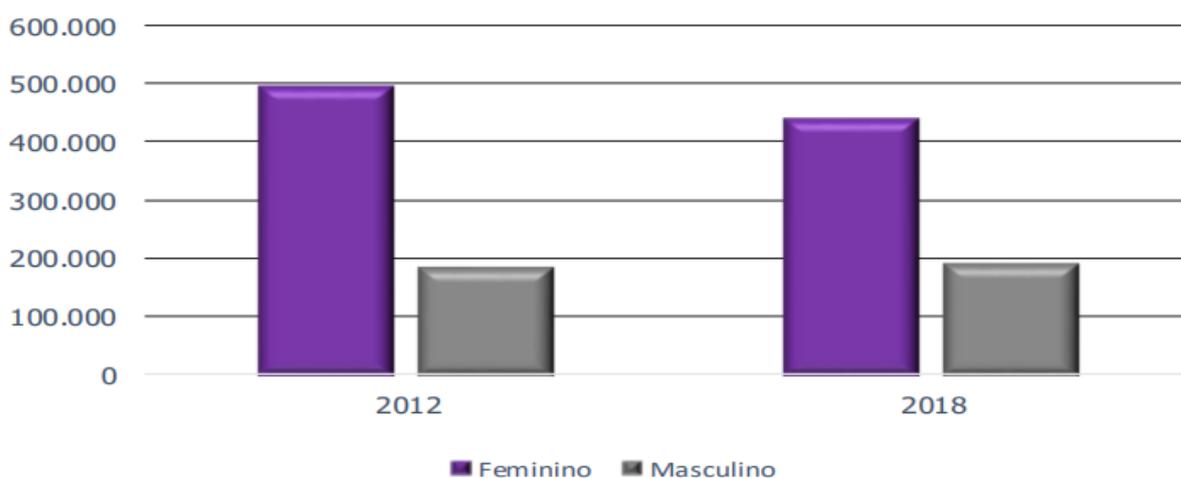
Gráfico 2 – Estados com contratação crescente, por concurso 2011-2018 (%)



Fonte: INEP/Censo Escolar, 2018. Elaboração dos autores, 2020

Dados do INEP apontam que, no Brasil, pouco mais de 8 em cada 10 professores são do sexo feminino em quase todas as dependências administrativas. Entretanto, a despeito da afirmativa da docência ser feminina, a participação nas redes estaduais apresentou movimento negativo de 12,5 %, em contraposição à ligeira ascensão masculina (3,8%) entre os anos de 2012 e 2018 conforme gráfico 3.

Gráfico 3 – Distribuição dos docentes, segundo sexo (nº abs) – redes estaduais



Fonte: INEP/Censo Escolar, 2018. Elaboração dos autores, 2020

Assim, é passível de afirmação que a docência na educação básica em todo o país é feminina e branca. Contudo, chama a atenção a quantidade expressiva de “não declaração” da cor/raça é elevada e pode ser indicativo de várias situações: a possível falta de rigor na coleta

desse dado pela escola, aspecto que pode ser entendido como sendo de reduzida relevância para o preenchimento do Censo; os docentes, tanto homens quanto mulheres, seguem a opção de não declarar cor/raça; e, por fim: o trabalho intensificado em todos os setores da escola levam os responsáveis pelo preenchimento a não buscarem as lacunas de certos dados. Apesar de serem situações hipotéticas, todas elas portam um caráter preocupante em relação à confirmação do dado, todas recaindo sobre o tema do racismo e ou da lógica do branqueamento no país.

Desse modo, tem-se que entre as professoras concursadas: em 2011, 33% deixaram de registrar sua cor. Contudo, em 2018 este número apresentou um decréscimo, cerca de 22%. Acompanhando o cenário nacional entre os anos, esteve o número dos que se declararam da cor/raça branca. Mais da metade das concursadas em 2018 se declararam com este perfil.

Na contramão está a declaração pela cor/raça negra, houve o decréscimo em números absolutos entre os anos de 2011 e 2018, de 66.146 declaradas, para 59.780 entre as concursadas, respectivamente. Para as não concursadas o número apresentou dinâmica inversa, houve um acréscimo de 25% em 2011 para 33% em 2018. A situação de não concursados para a cor/raça indígena acompanhou o movimento nacional, um acréscimo de mais de 100% entre os números, de 1.336 em 2011 para 3.140 em 2018.

Tabela 1 - Distribuição de docentes efetivos e não efetivos das redes estaduais de educação, segundo cor/raça, Brasil, 2011 e 2018 (%)

Cor/Raça	2011		2018	
	Efetivos	Não efetivos	Efetivos	Não efetivos
Não/Declarado	33	32	16	17
Branca	46	41	56	51
Negra/parda	20	26	26	28
Amarela	*	*	*	*
Indígena	*	*	*	*
Total	100	100	100	100

Fonte: INEP/Censo Escolar, 2018. Elaboração dos autores, 2020

*inferior a 1%

A partir dos dados da Tabela 1, cabe indagar se esse segmento se vincula aos negros e pardos, historicamente ocupantes de postos de trabalho desvalorizados socialmente. Observou-se ampliação mais expressiva dos percentuais de docentes brancos tanto em efetivos quanto não efetivos. Dada a quantidade relevante de não respondentes, problematiza-se em que medida é

possível tecer afirmações sobre a cor predominante entre professores, aspecto que pode ocultar em si aspectos fundamentais para a análise dessa categoria profissional.

CONCLUSÕES

Os resultados cotejam à sinalização de que o Estado está envolto por uma alteração acerca da conduta realizada sobre a formação do quadro de servidores. Evidencia-se a incorporação da lógica empresarial, via formas de contratação, uma vez que adota a flexibilização nas relações de trabalho e, com isso, aporta um tipo de racionalidade econômica ao reduzir direitos, mas também afeta a qualidade da educação à medida em que torna instável a permanência dos docentes nas escolas e com qualificação desconhecida para exercício do cargo.

A realidade que se apresenta é a que caracteriza a sociedade brasileira, envolta por processos discriminatórios em termos geracionais, de gênero, cor/raça que favorecem a disposição da precariedade nas relações de trabalho, especialmente sob o jugo dos interesses econômicos e políticos. Os dados têm demonstrado que as alterações sofridas não são meras obras do acaso, pelo contrário, são esfacelamentos das carreiras de Estado em suas distintas nuances, problemáticas e contradições que colocam em risco a função pública na educação.

Desta maneira, atenta-se para as considerações elaboradas por Castel (1998), de que o trabalho realizado pelos servidores públicos não se limita ao simples ato, mas, contém significado que os vincula diretamente à garantia dos direitos da população à educação. As formas flexíveis das relações de trabalho não são lineares no acontecimento, e nem se deslocam apenas no documento formal de trabalho, se transmutam na realidade de tal forma que, quando percebidas, difícil se torna sua reversão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instruções para utilização dos Microdados do Censo da Educação Básica 2018**. Brasília, 2018.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

SHIROMA, Eneilda O.; CAMPOS, Reselane F.; GARCIA, Rosalba M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológico para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, p. 427 – 446, jul./dez. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769/8999>>. Acesso em: out. 2020.

VENCO, Selma; SOUSA, Flávio. O crepúsculo da função pública: distopia ou realidade? **Revista Educación, Política y Sociedad**. Madrid, Espanha, 2020. No prelo.